



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024  
PAD 3.288/2024

**Anexo IV - Minuta de Contrato**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS, que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ e a empresa**

---

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, e em conformidade com a proposta de preços vencedora do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa:

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_; neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** – O presente tem por objeto a **contratação de serviço de garantia e suporte técnico na modalidade HPE Tech Care Critical SVC para equipamento de armazenamento HPE StoreOnce 3640 System (Part Number BB955A) durante o período de 60 (sessenta) meses**, conforme especificações descritas neste instrumento.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Termo de Referência - Anexo I, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** - De acordo com o art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, esta contratação será realizada pelo regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1** - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

**2.2 – Local de prestação dos serviços:** na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, mediante prévio agendamento junto à Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores, pelo e-mail [sids@tre-pr.jus.br](mailto:sids@tre-pr.jus.br).

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**3.1** - Incumbe ao CONTRATANTE:

**3.1.1-** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, e deste instrumento contratual;

**3.1.2** - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

**3.1.3** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

**3.1.4** - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

**3.2 – Incumbe à CONTRATADA:**

**3.2.1** – Cumprir fielmente as obrigações e responsabilidades discriminadas no Termo de Referência.

**3.2.2** - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

**3.3** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, para ambas as partes, estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **60 (sessenta) meses**, de 06/12/2024 a 06/12/2029, nos termos dos art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES: \_\_\_\_\_;

Elementos de despesa: \_\_\_\_\_;

Nota de Empenho \_\_\_\_\_NE\_\_\_\_\_, emitida em \_\_/\_\_/2024;

Categoria econômica: \_\_\_\_\_;

Código SIASG: 27758.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1** – O valor total da contratação é de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), **com pagamento único**, incluindo quaisquer despesas com impostos inerentes à contratação.

**7.2** - Do documento fiscal e do pagamento:

## **7.2.1 - O pagamento será efetuado em parcela única.**

**7.2.1.1** – Havendo comprovada inexecução contratual, sendo garantida a ampla defesa e contraditório, e tendo em vista o pagamento por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a devolução do valor proporcional ao item remanescente, não executado durante de vigência do Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas.

**7.2.2** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**7.3** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, nos endereços [coinf@tre-pr.jus.br](mailto:coinf@tre-pr.jus.br) e [sids@tre-pr.jus.br](mailto:sids@tre-pr.jus.br)

**7.4** - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.4.1** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato;
- e) indicação do nº e Valor da etapa;
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.5** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.6 - Das Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

**7.6.1** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**7.6.2** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.6.3** - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.6.1 e 7.6.2 serão reduzidos **para 5 (cinco) dias úteis**.

**7.7** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.8** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

**7.8.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.9** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do contrato e/ou anexo (s).

**7.10** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.11 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **7.13 - Da regularidade fiscal:**

**7.13.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.13.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.13.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

**7.13.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

**b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.13.2.1** - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1-** Considerando a especificidade do objeto e o pagamento efetivado antecipadamente, não haverá incidência de reajuste sobre os valores antecipados.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência – Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.3** - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	<b>Relação de descumprimentos</b> <i>(exemplificativas, poderão ser ajustadas no caso concreto)</i>
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE;
<b>3</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento, quando for o caso.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

<b>Graduação da sanção</b>	<b>Relação de descumprimentos (ocorrência)</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	b.1) Multa moratória pelo atraso na entrega do objeto, limitado a <b>20 (vinte) dias</b> . Após esse prazo, poderá ser considerada inexecução total do contrato.	<b>0,5%</b> (meio por cento) <b>ao dia</b> , incidindo sobre o valor do item contratado.
<b>GRAVE</b>	b.2) Multa compensatória pelo inadimplemento de obrigações acessórias pactuadas.	5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto contratado.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	b.3) Multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado.	20% (vinte por cento), sobre o valor total do objeto.

**10.3.1** - Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**10.3.2** – Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.4** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.5** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.6** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**10.7** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**10.8** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.9** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.9.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.10** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.11** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.12** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846,

de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.13** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
p/Contratada

**SOLANGE MARIA VIEIRA**  
Diretora – Geral – TRE/PR  
p/Contratante

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.